

43º Encontro Anual da Anpocs

O que os vice-prefeitos têm? Análise da carreira eletiva dos vice-prefeitos das capitais estaduais do Brasil

Nilton Garcia Sainz¹

ST 27: Partidos, eleições e sistemas

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol – UFPel). Bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (CAPES/FAPERGS).

Introdução

No Brasil, assumir o cargo de “vice” é algo que pode levar a biografia de um político a diferentes desfechos. Do início da República até o governo de Michel Temer, o país já teve em oito oportunidades um vice-presidente terminando o mandato como chefe do Executivo nacional. No entanto, o protagonismo daqueles que ocupam esses cargos, não é a regra. Na maioria das vezes, observa-se que esses cargos são esquecidos nas biografias dos que os exerceram e até mesmo não deixam marcas como parte da administração pública e se quer são lembrados pelos eleitores. Explica-se isso pelo fato de serem atores políticos que ficam por trás de um titular e, na maioria das vezes, possuem poucos espaços em campanhas eleitorais.

Para a Ciência Política e outros campos relacionados, os cargos de vice também não chamam tanto a atenção. Por exemplo, se for analisado o texto constitucional brasileiro de 1988, no qual as atribuições do vice-presidente estão mencionadas no artigo 79, verifica-se que é simplesmente definida a sua função como o substituto do presidente em casos de impedimentos e quando convocado para missões especiais (BRASIL, 1988). Já os cargos de vice-governador e de vice-prefeito têm suas atribuições disciplinadas nas respectivas constituições estaduais e leis orgânicas municipais. Segundo a definição de Meirelles (2006, p. 733), o cargo de vice-prefeito municipal é entendido como “substituto, nos afastamentos, e o sucessor, no caso de vaga do prefeito”, ou seja, equivalente em escala local ao vice-presidente brasileiro.

Esses cargos possuem outras singularidades próprias, como o fato de ser o único do Executivo que pode ser acumulado com outra atividade pública não remunerada (por exemplo, ao mesmo tempo que cumpre o mandato de vice-prefeito, pode ser nomeado secretário municipal) e que tem a possibilidade de concorrer a outro cargo eletivo, preservando o mandato (BRASIL, 1990). No entanto, sabe-se que um vice pode reunir outros valores na hora de formar uma chapa ou um governo. O cargo pode contribuir para agregar forças, formando uma coligação que possibilite mais recursos para a campanha, como tempo de propaganda na televisão e no rádio. Pode proporcionar um acréscimo de características políticas em relação às apresentadas pelo titular, possibilitando uma coligação com perfis diferentes e que atraiam eleitorado e articulações políticas mais amplas e abrangentes. Em teoria, o cargo sinaliza uma “parceria” preferencial entre os partidos, o que serve como uma moeda de troca na hora de montar governos.

O que acontece, de fato, é que os vices são os substitutos dos titulares do cargo, no entanto, ele existe para dar garantia de continuidade no governo, evitando um outro processo eleitoral ou algo mais grave para as democracias, um espaço vazio de poder político (SERRAFERO, 1999). No entanto, sabe-se que diversas chapas são formadas com titulares e vices que não concordam em diversas concepções de governos e de políticas públicas, o que pode gerar ruídos nos governos e, por consequência, uma falta de estabilidade nos mandatos.

Além de pessoas distintas, o vice e o titular não precisam ser do mesmo partido, por vezes, instituições totalmente opostas em seus princípios e interesses, o que pode causar um sentimento de não representação por parte dos eleitores que votaram no titular (SERRAFERO, 1999). Em muitos casos, o vice pode ser um aliado útil para um governo e desempenhar um papel fundamental para administração pública. Pode simbolizar uma conexão com algum setor da sociedade, além de poder ser alguém de carisma e respaldo com os cidadãos.

Por um outro lado, existe a imagem e a memória no Brasil do vice como um personagem conspirador, que está pronto para derrubar o titular, se tiver oportunidade. Existe uma visão clássica sobre os vice-presidentes (e que pode ser ampliada para os demais vices), como sendo um “mero suplente” e uma figura solidária ao presidente. Porém, Sarrafero (1999) explica que a convivência dos titulares com os vices, por regra, não é algo simples. Nesse cotidiano existem relações de confiança e desconfiança, lealdade e traição, identificação e discordâncias. Sendo assim, o titular do cargo teria um “medo” do vice, enquanto o vice está à espera da oportunidade para atuar, podendo ser um sinônimo de continuidade, mas também de quebras do governo e de sistemas (SARRAFERO, 1999).

Diante dos paradoxos que existem em relação a esse cargo eletivo, a proposta do artigo está voltada à carreira eleitoral desses atores, e toma como ponto de partida de análise aqueles que se tornaram vice-prefeitos das capitais estaduais, eleitos entre 1985 e 1996. A pesquisa busca verificar o que construíram – se é que o fizeram – desde o momento em que foram eleitos vice-prefeitos, observando o cargo de vice-prefeito como uma posição particular para o desenvolvimento de uma carreira futura, ou seja, que propicia capital político suficiente para que os atores possam ambicionar e obter novos cargos eletivos. Além disso, a investigação busca analisar como o sistema político brasileiro e a estrutura de oportunidades influenciam nas escolhas de carreiras desses atores, observando

a existência de padrões de escolhas e os sucessos eleitorais em suas carreiras. Com isso, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta: quais padrões de carreira eleitoral apresentam os vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras, eleitos entre 1985 e 1996, após o exercício do cargo?

Além dessa introdução, o artigo é formado por outras quatro seções: 1) breve revisão de literatura sobre carreiras eleitorais e o sistema político brasileiro, apresentando parte do desenvolvimento da temática; 2) metodologia aplicada à investigação, onde se encontra detalhadamente os processos e escolhas metodológicas que foram adotadas para a realização deste trabalho; 3) resultados da investigação, reunindo todos os dados e respondendo as questões acerca das escolhas de carreiras dos vice-prefeitos analisados; 3) conclusões, compilando os principais achados da pesquisa e respondendo a questão que norteia essa investigação.

Revisão de Literatura

A Ciência Política brasileira vem investigando a relação entre carreiras políticas e o sistema político há quase duas décadas (LIMA, 2017; BARRETO, 2017; CORRÊA, 2016; BORGES; SANCHES FILHO, 2016; BORCHERT, 2009, 2011; SANTANA, 2008; MALUF, 2006; LEONI, PEREREIRA, RENNO, 2003; SAMUELS, 2003, 2011). Nos últimos anos, percebe-se que o tema continua pautado por pesquisadores da área. Ao longo do desenvolvimento das pesquisas que versam sobre o assunto, nota-se a busca por explicar a realidade do comportamento político brasileiro a partir de conceitos e teorias próprias, e que melhor vieram a se adaptar à realidade brasileira. Isso ocorre porque boa parte da literatura que surge sobre o tema é de origem norte-americana (SCHLESINGER, 1966; POLSBY, 1968; BLACK, 1972; MAYHEW, 1974; ROHDE, 1979) e é balizada de acordo com a realidade do sistema político estadunidense.

Voltando à revisão de literatura sobre carreira para o Brasil, abordam-se alguns trabalhos que revelam as estruturas do sistema político e a hierarquia de cargos que são resultantes dessa estrutura, assim como outras propostas de ambições que foram identificadas a partir do caso brasileiro.

Iniciando por David Samuels, que investiga a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro e o porquê da formação desses padrões de carreiras políticas no país. O autor foca sua investigação para os legisladores brasileiros, no entanto, busca incluir ao debate os cargos subnacionais, que, segundo ele, não costumam ser levados em conta.

Partindo do marco-teórico da rational choice, Samuels (2003) faz uma análise a partir dos custos e benefícios dos cargos, considerando que os atores fazem as escolhas de suas carreiras, a partir de uma série de questionamentos individuais que levam ele a optar ou não por algum movimento em sua carreira. O autor considera as características dos postos eletivos, demonstrando, assim, o que pode ter de atrativo nos cargos e, consequentemente, apontando para uma hierarquização dos cargos, como é o caso dos prefeitos, que Samuels (2003) irá caracterizar como um cargo que possui um bom valor pessoal, pois retém um salário atrativo e poder político considerável. Nesse sentido, os achados do estudo de Samuels indicam que a carreira no Legislativo não é a preferida dos políticos brasileiros por não apresentar um Legislativo institucionalizado (SAMUELS, 2011), e sim que existe a preferência por cargos no governo estadual ou municipal (SAMUELS, 2003).

Araújo (2012, p.10) comenta que “entre o Legislativo federal e o Executivo estadual, o último apresenta uma valoração maior por parte dos agentes políticos”. Assim, os cargos do Legislativo, por mais que abranjam esferas superiores não necessariamente significam ter uma importância maior na estrutura do sistema político brasileiro, por vezes, descer de âmbito pode proporcionar maiores benefícios aos políticos (BOTERO, 2011; ARAÚJO, 2012). No entanto, Pegurier (2009) relaciona o motivo dos legisladores buscarem cargos no Executivo ser fruto da estrutura de oportunidades que lhes é oferecida, em que as regras eleitorais permitem que os deputados arrisquem uma candidatura ao Executivo sem grandes custos e riscos.

Discordando dos apontamentos de Samuels (2003), Leoni, Pereira e Rennó argumentam que não é regra os deputados mais “fracos” serem os que disputam as reeleições no congresso, apesar de concordarem que a tendência é que os mais “fortes” almejem cargos mais altos (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003). Nessa investigação, os autores irão cruzar uma série de variáveis para dimensionar o que pode influenciar nas escolhas dos deputados. Ao analisarem a Câmara dos Deputados, eles inserem ao debate a “ambição regressiva”, que significa a existência de uma ambição por parte dos políticos que “optam por concorrer a um cargo com recursos menores, status menor e mais fácil de vencer” (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003, p.59). Isto demonstra que alguns candidatos, ao calcular as oportunidades e a relação de custos e riscos no próximo passo, vão confiar ser mais seguro descer ao Legislativo estadual, por exemplo.

Também contrapondo o estudo de Samuels, Santana (2008) aponta para uma porcentagem considerável de candidatos que buscam a reeleição para o congresso

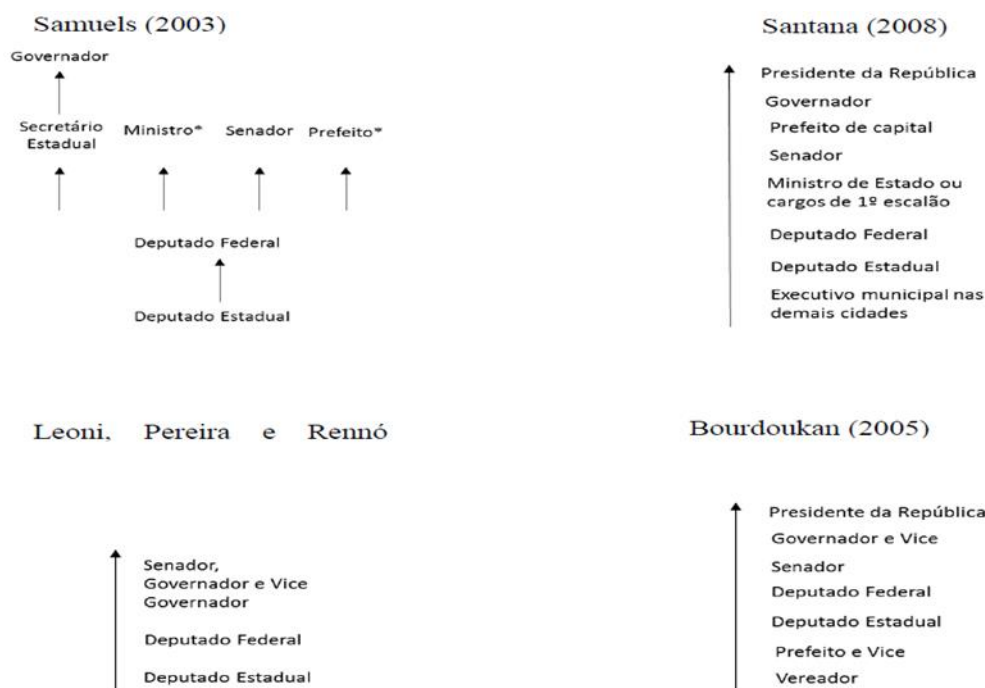
brasileiro, porém, muitos não conseguem se reeleger. Além disso, o que acontece com os que não buscam a reeleição é a ambição por cargos mais altos. Segundo a autora, isso ocorre por conta do sistema federalista que oportuniza “no plano subnacional, recursos preciosos para a sobrevivência política” (SANTANA, 2008, p.148). A autora soma à literatura ao identificar em sua investigação a “ambição dinâmica”, que caracteriza o comportamento daqueles parlamentares que não possuem objetivos definidos dentro do congresso, alternando os cargos, assim migrando de deputado federal para prefeito e vice-versa (SANTANA, 2008).

Outra contribuição aos estudos de carreira política no Brasil, foi feito por Gérman Lodola. O autor argentino, analisa o caso de deputados estaduais e suas ambições no desenvolvimento de carreiras políticas. Lodola propõe um novo modo de caracterizar os movimentos de carreira dos legisladores brasileiros e argentinos na qual considera os sistemas federalistas (LODOLA, 2009). Nesse estudo, propõe dois tipos de movimentos: o horizontal, que é no mesmo nível de governo (como por exemplo, deputado estadual, vice-governador e governador); e o vertical, que ocorre na transição de um nível de governo para o outro (prefeito para governador, governador para senador etc.).

No entanto, pode-se dizer que esse modelo apresenta algumas limitações: a) Lodola considera dois tipos de ambições dentro desses movimentos de carreira (progressiva e estática), desconsiderando ambições regressivas e discretas, comuns na política brasileira, onde os legisladores apresentam progressões e recuos para sobreviverem no jogo; b) a ideia de ambição estática não pode ser considerada quando o movimento é vertical, pois o fato de ser vertical, já deixa inclusa a necessidade de um movimento progressivo na carreira, deixando confuso esse conceito.

Uma questão imposta ao tema e de complexa definição no caso brasileiro é em relação à hierarquia de cargos no sistema político brasileiro. Lima (2017), ao reunir em uma imagem um compilado de propostas onde compara as abordagens de autores sobre os postos políticos no Brasil, contribui para a compreensão do debate:

Figura 1: Comparação entre abordagens de hierarquia de cargos políticos no Brasil



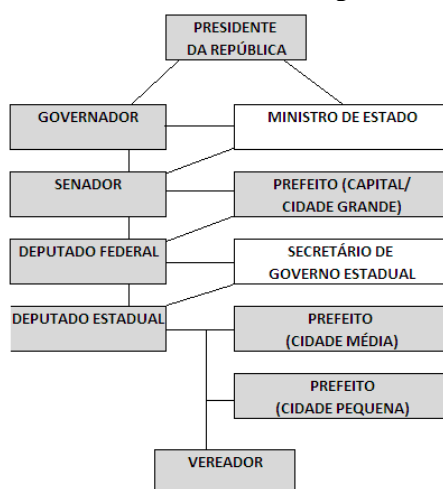
*Segundo Samuels (2003), o valor dos cargos de Ministro e Prefeito são relativos, a depender da quantidade de recursos à disposição e autonomia na condução de políticas públicas.

Fonte: Lima (2017, p. 32)

Lima (2017) ressalta que mesmo com a importante contribuição destes trabalhos para compreender os movimentos de carreiras políticas no Brasil e a tentativa de distanciar dos paradigmas norte-americanos sobre ambição política, “esses autores continuam partindo do mesmo pressuposto, que é a compreensão de uma estrutura de oportunidades linear”. Como é apontado por Lima (2017) e fica evidenciado na imagem, não é tarefa simples interpretar a hierarquia de cargos políticos no Brasil, resultado dessa dificuldade são as interpretações diferentes de cada um.

Uma outra possibilidade de interpretação é desenvolvida por Miguel (2003). Como é possível analisar na Figura 2, o autor monta de forma intuitiva a estrutura de oportunidades do sistema político brasileiro, onde vereador é o mais baixo da hierarquia e presidente o mais elevado.

Figura 2: Estrutura de carreira política no Brasil



Fonte: Miguel (2003, p. 117)

Diante da dificuldade de ter respostas mais concretas sobre a estrutura de oportunidades que oferece o sistema político brasileiro, devem ser feitas algumas ponderações: como pode ser observado na figura 1, baseado em Lima (2017), todas as propostas elaboradas acerca das estruturas de oportunidades no Brasil possuem uma espécie de déficit em relação a cargos que não estão contemplados e o valor dos mesmos, não existindo um consenso na literatura da área. No caso da formulação de Miguel (2003), a não contemplação dos cargos de vice-Prefeito, vice-Governador e vice-Presidente, o que é mencionado pelo autor, deixa de certo modo uma lacuna em relação aos cargos de “vice” e demais “subcargos” que fazem parte das opções ofertadas pelo sistema político. Afinal, o que vale mais a pena para elite política, quando se fala em poder e sobrevivência jogo político-eleitoral: ser vice-presidente ou senador? E ser vice-governador ou deputado federal? Ser vice-prefeito de uma capital ou deputado estadual?

Por último, apresentam-se os achados de Jens Borchert, que também retornando à teoria da ambição política de Schlesinger, vem sendo predominante nas investigações mais recentes sobre o caso brasileiro. Borchert (2009, 2011) considera que a estrutura de oportunidades políticas vai variar por conta de diferentes estruturas institucionais. O autor investiga o caso de países *multi-level systems*, que podem ser caracterizados pela oferta de carreiras separadas por arenas e que possuem diferentes lógicas de competição, além disso, nesses casos existem um considerável número de cargos políticos sendo ofertados (BORCHERT, 2009).

O autor alemão irá apontar para três características que influenciam nas ambições dentro da estrutura de oportunidade que os sistemas políticos geram. São elas: a disponibilidade do cargo, o acesso aos cargos e por último, suas atratividades (BORCHERT 2011). Segundo Borchert, as carreiras políticas podem variar conforme as estratégias que os profissionais adotam, sendo mais ofensivas e buscando sucessões de cargos (office succession) ou mais resguardadas e buscando uma manutenção dos postos (office accumulation), e ainda existem casos nos quais são adotadas as duas estratégias, como por exemplo se manter em um cargo para buscar ascender a outro (BORCHERT, 2011).

Ao analisar o caso brasileiro, Borchert (2009) retoma alguns atributos dos deputados brasileiros, como idade ao chegar no congresso, cargos prévios. Na maior parte, todos chegam com experiência prévia como vereadores, prefeitos ou vice-prefeitos. Também identifica a facilidade que existe por parte dos deputados em buscar um cargo nos executivos, dada a garantia de preservação da cadeira no Legislativo. Além disso, o fato das eleições municipais ocorrerem em meio ao mandato possibilita essa tentativa ao Executivo local (BORCHERT, 2009). Apesar das aparentes facilidades, Borchert (2009) diz que o sistema político brasileiro é excepcionalmente competitivo e arriscado, com uma forte personalização da política. Logo, argumenta:

The frequency of career moves is extremely high in Brazil. The combination of electoral insecurity, multitude of attractive and professionalized offices, and the chance to temporarily leave Parliament without losing one's seat makes for a constant shopping for better opportunities (BORCHERT, 2009, p.16).²

Portanto, segundo o autor alemão, no Brasil existe um ambiente integrado de oportunidades, onde é difícil encontrar um sentido de direcionamento nas carreiras políticas, pois o sistema (multinível) possibilita uma livre movimentação entre as esferas de governo e os tipos de instituições. Segundo ele, não existe uma hierarquia unidirecional de cargos políticos.

Fabiano Santos reforça o argumento do autor alemão e ressalta que a complexidade existente no caso brasileiro forma carreiras políticas com alto grau de movimentação, sendo possível a adoção de carreiras com movimentações intensas ou mais estáticas, ambicionar um cargo específico ou acumular o mesmo cargo, ambicionar cargos mais altos

² Tradução do autor: A frequência dos movimentos de carreiras é extremamente alta no Brasil. A combinação de insegurança eleitoral, múltiplos cargos atraentes e profissionalizados, e a chance de deixar temporariamente o congresso sem perder o cargo, faz com que busquem melhores oportunidades.

no sistema político ou percorrer “idas e vindas pelos diversos níveis de governo existentes no sistema” (SANTOS, 2010).

Assim, são variadas as formas de percorrer caminhos progressivos ou regressivos na carreira política, além de não existirem empecilhos para começar uma carreira política em um cargo mais alto, ou tentar um salto de patamar em algum momento da vida pública, como, também, é possível por meio de uma trajetória percorrendo de um cargo para o outro (BARRETO, 2015).

A realidade brasileira é explicada por conta do sistema federativo existente, que, segundo Borges e Sanches Filho (2016), abre um grande número de postos em diferentes níveis de governo, o que faz com que exista uma ampla estrutura de oportunidades resultando em padrões de carreira do tipo integrado. Os autores ainda contribuem dizendo que o baixo poder dos partidos políticos sobre os candidatos também estará associado aos padrões de carreiras integrados. Os dispositivos institucionais no Brasil geram uma série de resultados em relação às consequências nas carreiras políticas, outro exemplo de como isso ocorre, é resultante da legislação eleitoral, que determina os estados como distritos, e, por consequência, os responsáveis por formular as listas de candidatos ao Senado e Câmara dos Deputados (BORGES; SANCHES FILHO, 2016), o que resulta em diferentes padrões.

Além disso, o regime federalista, em especial no caso brasileiro, proporciona diversas outras consequências em relação ao comportamento das elites eletivas, que convivem com cenários diversos, como casos que são oposição em nível local ao governo e em nível nacional estão em coalizão, e assim por diante (BORGES; SANCHES FILHO, 2016). Em suma, isso significa diferentes cenários que passam a ser notados pelos atores na hora de realizarem suas escolhas de carreira, pois está ligado às suas possíveis estratégias eleitorais, como o caso de lançar candidatura com o objetivo de ganhar visibilidade, pensando na sobrevivência no jogo político (GRAÇA; SOUZA, 2014).

Metodologia aplicada à investigação

Neste artigo, analisam-se as trajetórias eleitorais daqueles que foram eleitos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras entre os anos de 1985 e 1996, com o objetivo de compreender os padrões de carreiras eleitorais que o sistema político brasileiro gerou a essas personagens. Optou-se por investigar as escolhas de carreira posteriores ao cargo, analisando para onde os eleitos decidem ir após assumirem o mandato de vice-prefeito das capitais estaduais. O critério essencial para ser incluído na pesquisa é ter sido eleito para o

cargo e tomado posse, no recorte temporal 1985-1996. Nesse ponto, é importante destacar que os vice-prefeitos investigados ingressam no banco de dados e passam a ter a trajetória eleitoral observada no ano em que tomam posse e a coleta de dados se interrompe na eleição de 2018 ou no ano de falecimento dele.

Justifica-se esse recorte temporal por conta da retomada das eleições diretas nas capitais estaduais brasileiras em 1985. Já o final da investigação em 1996 fica por conta das mudanças nas regras eleitorais que viriam a ocorrer para os próximos pleitos, onde fica estabelecido a possibilidade de reeleição para o poder Executivo e, por consequência, eventuais transformações nas escolhas posteriores dos atores.

A definição por analisar os vice-prefeitos das capitais estaduais passa por dois motivos: a) operacionalidade da pesquisa, devido à existência de mais de 5.500 municípios, onde era necessário compreender um universo representativo e que ao mesmo tempo obtivesse uma coleta de dados confiáveis; b) a importância destes municípios para os estados brasileiros (número de eleitores no município, recursos financeiros, visibilidade que o cargo pode gerar etc.), o que resulta, em teoria, em um valor maior do cargo para aqueles que vivem da política, quando comparados a outros municípios.

O recorte temporal adotado compreende quatro pleitos municipais – 1985, 1988, 1992, 1996 – e um total de 102 mandatos de vice-prefeitos. Há atualmente 26 capitais estaduais no Brasil³, mas o estado do Tocantins foi criado pela Constituição de 1988 e sua capital, Palmas, teve a primeira eleição direta em 1992⁴. Desse modo, nos dois primeiros pleitos analisados (1985, 1988), há 25 vice-prefeitos.

Os dados relativos à participação ou não desses vice-prefeitos, os cargos pretendidos e os resultados obtidos, são coletados para as 18 eleições realizadas no país após 1985, quando começa o recorte temporal, até 2018, que é o processo eleitoral mais recente já transcorrido. O Quadro 1 traz sistematizado as oportunidades que foram geradas ao decorrer dos anos, já relacionando com o alcance da investigação em relação às trajetórias dos vice-prefeitos.

³ São elas: Aracaju (SE), Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Maceió (AL), Manaus (AM), Natal (RN), Palmas (TO), Porto Alegre (RS), Porto Velho (RO), Recife (PE), Rio Branco (AC), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Luís (MA), São Paulo (SP), Teresina (PI), Vitória (ES).

⁴ Foi instalado em 1º de janeiro de 1990, com a transformação do então município de Taquarassu do Porto em distrito de Palmas. Como parte desse processo, o prefeito e o vice de Taquarassu do Porto, eleitos em 1988, tornaram-se os titulares do poder Executivo de Palmas até 1993, quando tomaram posse aqueles foram eleitos diretamente (KAWASAKA FILHO, 2019).

Quadro 1: Oportunidades geradas pelo sistema político brasileiro de 1985 a 2018

Eleito	86	88	89	90	92	94	96	98	00	02	04	06	08	10	12	14	16	18
1985																		
1988																		
1992																		
1996																		

Fonte: Elaboração própria.

Percebe-se que aqueles que foram eleitos em 1985 tiveram 18 oportunidades de disputar uma eleição, já os eleitos em 1996 passaram por 11 pleitos até o momento. Assim, quanto mais antigo o momento em que foi eleito, maior o número de eleições que esses atores podem ter disputado. No entanto, é importante salientar que a coleta de dados da trajetória se interrompe no ano de falecimento do investigado, consequentemente o número efetivo de eleições observadas para cada vice-prefeito vai depender do ano de morte, pois, neste momento, por óbvio, ele deixa de ter a possibilidade de concorrer a cargo eletivo.

A Tabela 1 apresenta o universo exato que a pesquisa alcança, considerando o número de trajetórias completas, ou seja, de 1985 até 2018, casos de vice-prefeitos que voltam a ocupar o cargo em algum momento de suas carreiras e as trajetórias que sofreram uma interrupção por conta de falecimento da personagem.

Tabela 1: Universo da pesquisa de acordo com a quantidade de observações

Eleitos	Trajetórias completas	Trajetórias interrompidas	Oportunidades eleitorais	Observação por coorte
1985	14	11	18	352
1988	20	5	16	372
1992	20	6	13	300
1996	25	1	11	285
Total	79	23	58	1.309

Fonte: Elaboração própria.

A primeira etapa dessa pesquisa foi mapear os vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996. Tratam-se de 102 cargos de vice-prefeitos, os quais foram ocupados por 101 indivíduos diferentes, pois somente um vice-prefeito eleito retornou ao cargo no mesmo período de análise⁵. Junto a essa etapa, foram realizados os levantamentos em relação às trajetórias dos eleitos, verificando o momento em que elas foram interrompidas por falecimento, o que resultou em 23 trajetórias interrompidas, não alcançando o escopo total da pesquisa, que foi o pleito de 2018. Sobre as trajetórias completas que alcançam todo o

⁵ Refere-se a Algaci Túlio, vice-prefeito de Curitiba eleito em 1988 e que retornou ao posto em 1996.

período compreendido pela investigação, se chegou no total de 79. A capacidade que a pesquisa possui de verificar a quantidade de disputas eleitorais pelos eleitos está relacionada ao número de oportunidades que cada grupo possuiu, assim como número de atores analisados e a quantidade de trajetórias completas e das que foram interrompidas.

Teoricamente, o grupo que mais possibilitaria observações seria os eleitos em 1985, que obtiveram 18 oportunidades de buscar um cargo. No entanto, por conta das trajetórias interrompidas dos atores essas observações foram reduzidas. Dessa forma, o grupo que possibilitou o maior número de verificações de disputas eleitorais foram os eleitos em 1988, possibilitando 372 observações de oportunidades de concorrer a cargos eletivos. Já o grupo que possibilitou a menor quantidade dessas observações foram os eleitos em 1996, com 285 possibilidades de disputar um posto.

A coleta de dados posterior a esse levantamento inicial, foi referente às trajetórias eleitorais posteriores dos vice-prefeitos eleitos. Foram verificadas o total de 1.309 oportunidades dos atores investigados de buscarem um cargo eleitoral.

A principal fonte de dados utilizada para essa pesquisa foi o TSE através dos seus bancos de dados eleitorais. Também, quando necessário, utilizam-se os sites dos TREs de cada estado, assim como sites de jornais, blogs ou portais como CPDOC, que foram fundamentais para realizar a identificação e mapear os vice-prefeitos eleitos das capitais. Sobre isso, ressalta-se as dificuldades para obtenção dos dados, seja por lacunas nos dados eleitorais disponibilizados pelo TSE e TREs (principalmente em períodos anteriores a 1998), seja pelas poucas informações sobre os vice-prefeitos, que por vezes não ganham destaque em suas biografias e não constam em documentos, o que revela e indica a baixa atenção que o cargo gera a biografia de alguns atores que já ocuparam esse posto.

Resultados da investigação

Analisando os resultados dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996, identifica-se 101 indivíduos diferentes que vieram a ocupar o cargo nas capitais brasileiras. Como já explicado na seção anterior do artigo, para cada grupo que foi eleito existem números diferentes de trajetórias completas, trajetórias interrompidas, oportunidades eleitorais e por consequência, de possibilidades de observação. Dessa forma, observa-se os passos desses indivíduos no jogo político-eleitoral no Brasil após ocupar o posto de vice-prefeito de capital estadual.

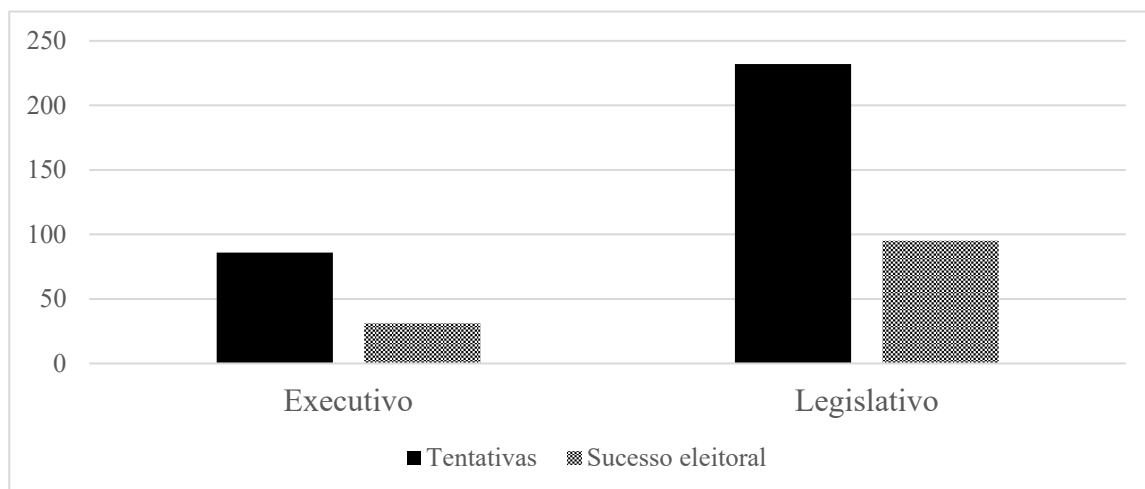
Os resultados serão apresentados seguindo uma lógica de observação dessas escolhas realizadas pelos vice-prefeitos. Inicia-se apresentando os resultados referentes às escolhas pelos poderes, ou seja, os vice-prefeitos ao longo de suas carreiras eleitorais se direcionam ao poder Executivo ou poder Legislativo? Na sequência, a análise irá abordar o nível da federação (Municipal, Estadual, Federal) que essas carreiras eleitorais são direcionadas.

Após essa análise, observam-se as escolhas que os vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras fazem diante das possibilidades que o sistema político brasileiro proporciona, o que significa analisar as escolhas desses indivíduos frente à primeira oportunidade de disputar um cargo após eleito vice-prefeito, diante do fim do mandato de vice-prefeito (2ª oportunidade) e após o término do mandato (3ª oportunidade). E, por fim, realiza-se a análise geral das escolhas de carreiras desses atores, buscando compreender as escolhas e os padrões de carreira eleitoral existentes durante todo o período investigado (1986-2018) e os respectivos números de sucesso eleitoral por eles alcançados.

No Gráfico 1, observa-se qual o poder é mais ambicionado pelos vice-prefeitos em suas carreiras. É possível afirmar que existe um consenso na literatura em relação às diferenças existentes entre o poder Legislativo e Executivo nas construções de carreiras políticas. Cada um dos poderes oferta 6 cargos eletivos⁶, no entanto, o sistema proporcional aderido para quase todos os cargos do poder Legislativo (exceto o Senado Federal) e o número de cargos ofertados nas eleições legislativas são atrativos da estrutura de oportunidades para aqueles que desejam pleitear um cargo eleitoral. Afinal, para qual dos poderes os vice-prefeitos buscam ir em suas carreiras? E qual o sucesso eleitoral em cada um deles?

⁶ No poder Executivo: Vice-prefeito e Prefeito; Vice-governador e Governador; Vice-presidente e Presidente. No poder Legislativo: Vereador; Deputado Estadual; Deputado Federal; 1º Suplente de Senador; 2º Suplente de Senador; Senador.

Gráfico 1: Escolhas dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996 em relação ao poder político que buscam ocupar



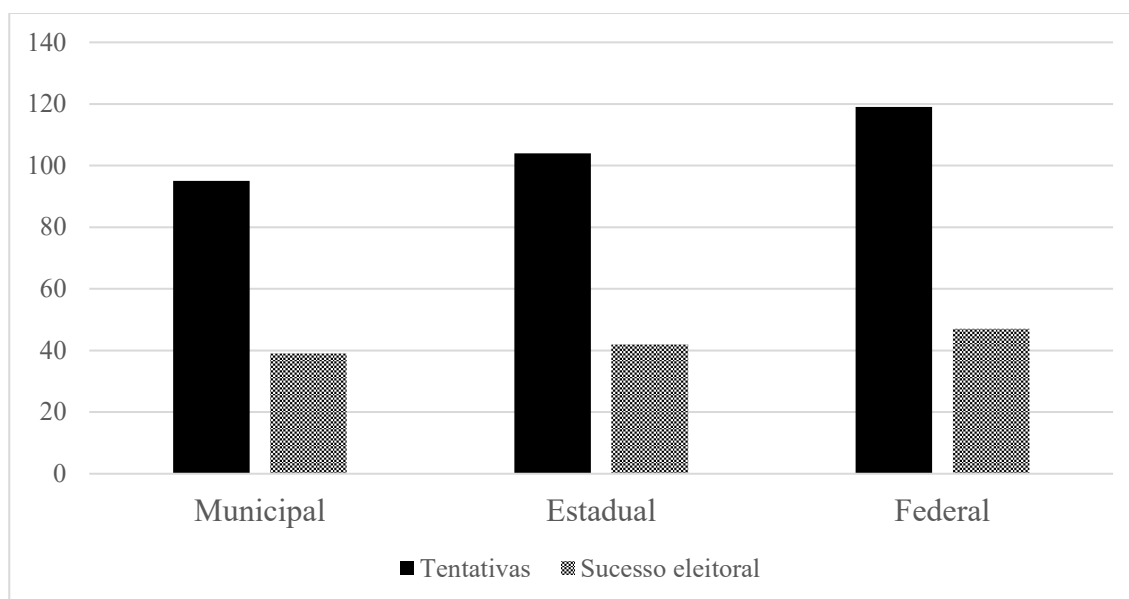
Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986-2018).

Os dados demonstram a ampla preferência por parte dos atores analisados em direcionarem suas carreiras para o poder Legislativo. Como já mencionado, explica-se esse fato devido à oferta de cargos ser amplamente maior, pois só para Câmara dos Deputados existe a oferta de 513 mandatos para deputado federal a cada quatro anos, ou ainda, 81 vagas para o Senado Federal, além de 162 vagas para a suplência de senador (1º e 2º suplente). Além disso, os cargos para o Legislativo possuem condições mais flexíveis e que possibilitam ao dono do mandato disputar outro cargo eletivo sem necessariamente abrir mão do posto.

Apesar das maiores dificuldades de se obter um cargo no poder Executivo, os vice-prefeitos analisados disputaram 86 vezes cargos para os poderes executivos e conquistaram 31 dessas disputas, o que revela um sucesso eleitoral de 36%. Já para os cargos do poder Legislativo, os vice-prefeitos se colocaram em disputa 232 vezes, conquistando 95 cargos, o que resulta em um sucesso eleitoral de 40,94%. Assim, é possível afirmar que o cenário eleitoral no poder Legislativo é mais favorável para os vice-prefeitos do que no poder Executivo.

Apresentado esse primeiro resultado, a próxima questão é: mas para qual nível de governo estão direcionadas essas carreiras eleitorais? As chances de conquistar um posto é o mesmo em todos os âmbitos federativos? No Gráfico 2, observa-se para onde vão as carreiras eleitorais dos vice-prefeitos após o cargo. Os dados evidenciam os números de tentativas para os níveis de governo e também os sucessos eleitorais em cada um deles.

Gráfico 2: Escolha dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996 em relação ao nível de governo que desejam ocupar



Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986-2018).

Observa-se que as carreiras eleitorais dos vice-prefeitos estão direcionadas, principalmente a nível federal. No entanto, os números de tentativas para os âmbitos da federação apresentam um equilíbrio, principalmente se ponderarmos com o número de oportunidades que são gerados pelo sistema político brasileiro em cada um deles. Em âmbito federal, estão à disposição 6 cargos eletivos, e para os níveis municipal e estadual são ofertados 3 cargos, mostrando que o maior número de oportunidades está concentrado em nível federal.

Em números absolutos, os cargos de nível federal receberam um total de 119 tentativas ao longo desses anos, conquistando os postos em 47 dessas oportunidades, o que indica um sucesso eleitoral de 39,49% nesses cargos. Já no âmbito estadual, o número de tentativas cai para 104, onde em 42 dessas oportunidades os cargos foram conquistados, revelando um sucesso eleitoral de 40,38%. No âmbito municipal, os vice-prefeitos buscaram 95 vezes os cargos disponíveis, obtendo sucesso em 39 dessas tentativas, o que resulta em um aproveitamento de 41%. Os resultados apontam para um equilíbrio quanto aos sucessos eleitorais em relação aos níveis de governo. Pode-se afirmar que, em média, para um vice-prefeito conquistar um cargo em algum dos âmbitos federativos, é necessário mais de duas tentativas e meia em cada nível de governo.

Após observar para qual nível da federação estão sendo direcionadas as carreiras eleitorais dos vice-prefeitos, resta saber qual a preferência de poder em cada um dos níveis

da federação. Afinal, se observa que a ambição política dos vice-prefeitos leva suas carreiras eleitorais para fora do âmbito municipal, mas essa ambição pode ser definida como progressiva, revelando que os atores buscam cargos no poder Executivo nos demais níveis federativos? O Quadro 2 irá apresentar os dados relativos aos poderes que estão direcionados as carreiras eleitorais em cada âmbito da federação e seus respectivos sucessos eleitorais.

Quadro 2: Escolha dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996 em relação ao nível de governo e poder político

Nível de Governo	Poder pretendido			
	Executivo		Legislativo	
	Tentativas	Eleitos	Tentativas	Eleitos
Municipal	54	22	41	17
Estadual	31	9	73	31
Federal	1	0	118	47

Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986-2018).

Os dados apresentados acima revelam algumas informações importantes sobre as direções que são dadas nas carreiras eleitorais dos vice-prefeitos. Primeiro, ao contrário do que estava sendo evidenciado pelo Gráfico 1, percebe-se que em nível municipal as tentativas estão direcionadas ao poder Executivo (56,84%), ou seja, os vice-prefeitos buscam cargos de prefeito e/ou vice-prefeito. Essa informação revela que a ambição política dos vice-prefeitos que prepondera é progressiva ou estática, considerando que *a priori* buscam os cargos nas capitais estaduais.

No âmbito estadual, também é observado uma parcela significativa de tentativas (29,8%) que se direcionam notoriamente para ambições progressivas, nesse caso, governador e/ou vice-governador. Em relação ao nível federal, apenas uma candidatura ao poder Executivo, nesse caso, a Presidência da República, o que revela que a preponderância é pelos cargos do poder Legislativo.

Em relação ao sucesso eleitoral dos vice-prefeitos nos níveis de governo e de acordo com o poder político ambicionado, é possível perceber que os cargos do poder Executivo são mais difíceis de acessar. O sucesso eleitoral no Executivo municipal é de 40,74%, sendo esse o resultado mais satisfatório entre os cargos do poder Executivo,

atingindo uma média de quase 2,5 tentativas para obtenção de um cargo. Já no Executivo estadual, o número se mostra mais custoso para os vice-prefeitos, indicando um sucesso eleitoral de 29%, e praticamente 3,5 tentativas para a conquista do cargo.

Em relação aos cargos do poder Legislativo, em nível municipal, o sucesso eleitoral fica em 41,46%, onde a média aproximada para se obter o posto de vereador está em 2 tentativas. Já o cargo de deputado estadual apresenta um sucesso eleitoral maior, registrando 42,46% e uma média de aproximadamente 2 tentativas para obtenção de um mandato. Já para os cargos do Legislativo federal o sucesso eleitoral é menor (39,83%), registrando uma média próxima de 2,5 tentativas para obtenção de um cargo. No entanto, os números para esses cargos eletivos se mostram superiores aos cargos do poder Executivo em todos os níveis analisados. Dessa forma, é possível dizer que o cenário eleitoral mais viável para aqueles que desejam sobreviver no jogo está no Legislativo estadual.

A partir desse momento, as análises voltam-se para as escolhas que os vice-prefeitos das capitais realizam diante das oportunidades que são geradas pelo sistema político brasileiro. Inicialmente, analisaremos o comportamento dos atores diante de três cenários: a) 1ª oportunidade de disputar um pleito pós-eleito vice-prefeito, o que significa abrir mão do cargo e assumir um outro posto eletivo; b) 2ª oportunidade de disputa eleitoral, ou seja, diante do fim do mandato qual o comportamento dos vice-prefeitos: buscar o cargo de vereador, concorrer a prefeito ou tentar se eleger novamente vice-prefeito? c) após o término do mandato de vice-prefeito, possuindo algum outro cargo eleitoral ou não, o que esses atores fazem?

No Quadro 3, será apresentado os dados referentes as escolhas realizadas em 102 mandatos de vice-prefeitos, diante da 1ª oportunidade de concorrer⁷, assim, optando por abrir mão do cargo no Executivo municipal e assumir um outro posto eletivo. Algumas perguntas que norteiam essa análise são: a) os vice-prefeitos buscam deixar o cargo no meio do mandato? b) Quando arriscam candidaturas, deixando o posto de vice-prefeito, para onde vão? c) Optando por isto, quantos deles obtêm sucesso eleitoral?

⁷ Para aqueles que foram eleitos em 1988, consideramos a primeira oportunidade de concorrer 1990, a fim de equiparar com as oportunidades dos outros grupos analisados, visto que 1989 (primeira oportunidade de fato para os eleitos 1988) foi uma eleição atípica e isolada para o cargo de Presidente da República.

Quadro 3: Escolhas de carreiras dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996 diante da 1ª oportunidade de disputar outro cargo eletivo

Escolha de carreira	N	Eleitos	Sucesso eleitoral (Média em %)
Deputado estadual	12	8	66,6
Vice-Governador	2	0	0
Governador	5	0	0
Deputado federal	18	8	44,4
1º suplente de senador	1	0	0
Senador	6	0	0
Não concorre	58	-	-
Total	102	16	31,8⁸

Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986, 1990, 1994, 1998).

Observa-se que a maior parte dos vice-prefeitos (56,8%) na 1ª oportunidade de disputar uma eleição, optam por não concorrer, o que demonstra que a maioria dos vice-prefeitos desejam completar seus mandatos. Mas e os 43,2% que escolhem disputar outro cargo eleitoral, para onde vão? Os dados apontam que o cargo mais desejado pelos vice-prefeitos nessa oportunidade é o posto de deputado federal, que acumula um total de 18 tentativas e uma taxa de 44,4% de sucesso eleitoral, significando que apenas 8 conquistaram o cargo ambicionado.

O segundo posto que mais somou tentativas de eleição foi o de deputado estadual. No total, foram 12 escolhas por buscar esse cargo eletivo, onde 66,6% obteve sucesso, o que demonstra uma maior possibilidade de acessar o cargo no Legislativo estadual quando comparado ao cargo de deputado federal. Esses resultados vão ao encontro do que foi apresentado anteriormente no Quadro 2, que apontava para as maiores possibilidades de eleição para os vice-prefeitos estarem no Legislativo estadual.

O cargo de senador foi o terceiro que mais recebeu tentativas, somando um número total de 6 candidaturas, no entanto, nenhum obteve sucesso eleitoral. O mesmo desfecho aconteceu para os demais cargos ambicionados. É interessante perceber que em todas as disputas para cargos majoritários, os vice-prefeitos não obtiveram nenhuma vitória. Além

⁸ Média de sucesso eleitoral: cargos disputados/cargos conquistados.

disso, governador e senador representariam uma notória ambição progressiva em suas carreiras.

Observa-se que parte considerável dos vice-prefeitos escolhem não disputar eleições no meio do mandato, ao mesmo tempo, 68,2% dos que concorrem na 1ª oportunidade não conquistam os cargos. Assim, resta saber o que eles fazem diante do fim do mandato de vice-prefeito e da possibilidade de escolher entre três cargos eletivos: vereador, vice-prefeito ou prefeito. No Quadro 4, apresenta-se os dados referentes a 2ª oportunidade que o sistema político brasileiro gera para aqueles que foram eleitos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras.

Quadro 4: Escolha dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996 diante do final de seus mandatos (2ª oportunidade)

Escolha de carreira	N	Eleitos	Sucesso eleitoral (Média em %)
Vereador	12	7	58,3
Vice-Prefeito	4	4	100
Prefeito	14	4	28,5
Não concorre	70	-	-
Total	100⁹	15	50¹⁰

Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1988, 1992, 1996, 2000).

Diante do final do mandato, 70% daqueles que foram eleitos vice-prefeitos não concorrem na segunda oportunidade. Considerando que 16 haviam sido eleitos na 1ª oportunidade (Quadro 1) e 15 foram eleitos na 2ª oportunidade, sabe-se que 69 indivíduos vieram a ficar sem cargo eletivo após o termino do mandato de vice-prefeito.

No entanto, 15% dos analisados, diante do final do mandato de vice-prefeito foram eleitos para outros cargos. O posto mais ambicionado pelos vice-prefeitos diante do término de seus mandatos foi de prefeito, demonstrando uma tendência pela ambição progressiva dos atores analisados. No total, esse cargo recebeu 14 tentativas pós o termino

⁹ O número total de mandatos analisados que era 102 sofre duas baixas por conta dos falecimentos de vice-prefeitos no ano de 1988, são eles: Glênio Peres (Porto Alegre) e Pedro Ludovico Estivalet Teixeira (Goiânia).

¹⁰ Média de sucesso eleitoral: cargos disputados/cargos conquistados.

do mandato de vice-prefeito, porém, somente em 4 oportunidades o cargo foi conquistado, indicando um sucesso eleitoral de 28,5%.

O segundo cargo que mais recebeu tentativas foi o de vereador, caracterizando uma evidente ambição regressiva em suas carreiras. O posto do Legislativo municipal recebeu 12 tentativas de eleição, sendo conquistado 7 vezes e resultando em um sucesso eleitoral de 58,3%, sendo até o momento, o segundo cargo que mais recebe os vice-prefeitos nas continuidades de suas carreiras.

Já o cargo de vice-prefeito, que recebeu 4 tentativas, é resultante apenas daqueles atores eleitos em 1996 e que ao final do mandato (2000) já usufruíram da lei que possibilitava a reeleição para os cargos do Executivo. O sucesso eleitoral para a reeleição dos vice-prefeitos foi de 100%, no entanto, demonstra que a ambição estática não é a preferida dos vice-prefeitos, visto que de 26 eleitos em 1996 apenas 4 tiveram interesse em manter seus postos.

Diante do fato de que 69 indivíduos ficaram sem ocupar cargos eletivos após o término de seus mandatos, o Quadro 5 investiga a escolha de carreira dos atores diante da 3ª oportunidade¹¹ de disputar um cargo eleitoral. Para parte dos personagens eleitos em 1985, 1988 e 1992, que não podiam optar pela reeleição, essa pode ter sido a 1ª oportunidade de continuidade de suas carreiras, visto que parte dos vice-prefeitos não concorrem no meio do mandato e assumem a vaga do prefeito, o que significa impossibilitar uma candidatura para dar continuidade no Executivo municipal. As principais razões que levaram os vice-prefeitos a assumir o mandato do titular são: a) o prefeito conquista novos cargos; b) nomeações para cargos não eletivos; c) problemas de saúde e falecimento.

¹¹ Por regra, a 3ª oportunidade de disputar uma eleição para os eleitos vice-prefeitos em 1985 seria o ano de 1989 (eleições isoladas para Presidente da República), diante disso, optou-se em considerar a eleição de 1990 como a 3ª oportunidade de competição eleitoral para esse grupo, equalizando as condições entre os grupos analisados.

Quadro 5: Escolha dos vice-prefeitos eleitos entre 1985 e 1996 após o final do mandato eletivo (3ª oportunidade)

Escolha de carreira	N	Eleitos	Sucesso eleitoral (%)
Deputado estadual	16	7	43,7
Vice-Governador	2	1	50
Governador	4	1	25
Deputado federal	19	6	31,5
1º suplente de senador	2	0	0
Senador	7	2	28,5
Não concorre	49	-	-
Total	99 ¹²	17	34 ¹³

Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1990, 1994, 1998, 2002).

Analisando a 3ª oportunidade de disputar uma eleição após o cargo de vice-prefeito, encontra-se a maior participação dos atores analisados, em que 50,6% do universo em questão buscou um cargo eleitoral. Esse resultado pode indicar a influência da regra eleitoral sob as escolhas de carreiras, que não permitia a reeleição para o poder Executivo e que resulta na impossibilidade por parte de alguns atores em continuar com suas ambições progressivas de carreira, pois só estariam aptos a buscar o cargo de vereador. Além disso, a 3ª oportunidade significou uma nova chance de disputar um leque mais amplo de ofertas de cargos eleitorais, o que na 1ª oportunidade eleitoral podia ser algo ainda não desejado. No entanto, dos 50 vice-prefeitos que resolvem concorrer, somente 17 conseguem obter cargos eleitorais, indicando um sucesso eleitoral de 34% nessa oportunidade.

Para onde estão sendo direcionadas as carreiras eleitorais dos vice-prefeitos após deixarem o cargo? Assim como na primeira oportunidade de disputar uma eleição geral, o posto mais ambicionado foi deputado federal, somando 19 tentativas, em que 6 conquistaram o cargo, resultando em sucesso eleitoral de 31,5%. Apresentando o mesmo padrão do Quando 3, o cargo de deputado estadual fica como a segunda opção mais

¹² Na terceira oportunidade disputar uma eleição, outra baixa é registrada no banco de dados. Trata-se de Pedro Medeiros, vice-prefeito de Florianópolis eleito em 1985 e falecido em 1990.

¹³ Média de sucesso eleitoral: cargos disputados/cargos conquistados.

desejada pelos vice-prefeitos, totalizando 16 tentativas e 7 conquistas do cargo, indicando sucesso eleitoral de 43,7%, representando uma queda em relação a obtenção desse cargo, onde no Quadro 3 revela-se mais de 66% de sucesso eleitoral. A mesma queda no sucesso eleitoral ocorre para o cargo de deputado federal, indicando que os vice-prefeitos quando buscam esses cargos no meio do mandato conseguem obter melhores resultados nas urnas.

Diferente dos resultados apresentados na 1ª oportunidade de disputa, nesse momento, os vice-prefeitos atingem seus primeiros resultados positivos nas eleições majoritárias, o que representa uma notável ambição progressiva em suas carreiras, levando em consideração a hierarquia de postos eletivos do país (MIGUEL, 2003).

Assim como no Quadro 3, o padrão de escolha dos indivíduos em relação aos cargos se repete. Dessa forma, o posto majoritário mais desejado foi de senador, que obteve 7 tentativas sendo conquistado em 2 delas, o que indica sucesso eleitoral de 28,5%. O segundo cargo mais ambicionado foi governador, que recebeu 4 candidaturas e foi conquistado 1 vez, significando sucesso eleitoral de 25%.

Os cargos vice-governador e 1º suplente de senador recebem 2 tentativas, sendo o primeiro cargo conquistado em uma delas e o segundo sem sucesso eleitoral. Diferente dos resultados para os cargos proporcionais, os cargos majoritários vieram a ser conquistados após o término do mandato de vice-prefeito, o que indica que para a obtenção desses postos eleitorais, aqueles indivíduos que disputaram os cargos após o término do mandato, assim, em teoria, já obtendo um acúmulo maior de experiência política, tiveram resultados melhores.

O próximo passo da análise compreende os padrões de escolhas dos atores analisados ao longo de todas suas trajetórias eleitorais, ou seja, considerando as oportunidades geradas pelo sistema político desde que foram eleitos vice-prefeitos até o momento atual. No Quadro 6, analisa-se de forma geral os movimentos de carreiras eleitorais, observando quais cargos acumularam mais tentativas (N) de disputas, e se conquistaram ou não esses postos (obtenção do cargo em %). Para realizar essa análise, levam-se em consideração os padrões de escolhas eleitorais de cada grupo (coorte), buscando identificar o que muda no comportamento de escolha da classe política que foi eleita em diferentes momentos.

Quadro 6: Escolhas de carreiras eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras de 1986 até 2018

Grupo analisado	1985		1988		1992		1996		Geral	
Cargos disputados	N	%¹⁴	N	%¹⁵	N	%¹⁶	N	%¹⁷	N¹⁸	%¹⁹
Vereador	10	20	10	20	10	70	12	58	41	41
Prefeito ²⁰	4	75	5	40	-	-	1	100	10	53
Vice-prefeito ²¹	2	50	1	100	-	-	5	100	8	62
Prefeito ²²	4	0	11	36	16	18	5	40	36	23
Deputado estadual	19	52	20	35	15	33	22	45	73	42
Vice-governador	1	0	1	0	1	0	5	60	8	15
Governador	0	0	9	22	7	28	7	28	23	19
Deputado federal	14	50	25	36	26	50	22	31	87	42
1º suplente senador	5	60	1	0	1	100	1	0	8	40
Senador	6	0	4	25	9	44	4	50	23	30
Presidente	-	-	-	-	1	0	-	-	1	0
NC ²³	6	-	1	-	5	-	6	-	18	18 ²⁴
Total	71	2,5²⁵	88	2,9²⁶	91	2,4²⁷	90	2,4²⁸	336	2,7²⁹

Fonte: Elaboração própria com base em TSE (1986-2018).

Observa-se no Quadro 6, uma crescente em relação ao número de disputas eleitorais de acordo com o ano que foram eleitos. Os vice-prefeitos eleitos mais recentemente (1992 e 1996) disputaram mais cargos eletivos, assim como também apresentam as melhores

¹⁴ Sucesso eleitoral em valores aproximados.

¹⁵ Sucesso eleitoral em valores aproximados.

¹⁶ Sucesso eleitoral em valores aproximados.

¹⁷ Sucesso eleitoral em valores aproximados.

¹⁸ O número geral calculado levou em consideração o caso de Algaci Túlio, eleito vice-prefeito de Curitiba em 1988 e 1996, assim, apesar de analisado em cada mandato, na soma geral de disputas se considerou somente uma vez.

¹⁹ Média geral em % dos sucessos eleitorais.

²⁰ Prefeito de outras cidades.

²¹ Vice-prefeito de capital.

²² Prefeitos de capital.

²³ Não voltam a concorrer após o cargo de vice-prefeito.

²⁴ Aproximadamente 18% dos vice-prefeitos de capital estadual no Brasil eleitos entre 1985 e 1996 não dão continuidade em suas carreiras eletivas após o cargo.

²⁵ Média de obtenção de cargos: tentativas/cargos conquistados.

²⁶ Média de obtenção de cargos: tentativas/cargos conquistados.

²⁷ Média de obtenção de cargos: tentativas/cargos conquistados.

²⁸ Média de obtenção de cargos: tentativas/cargos conquistados.

²⁹ Média geral de obtenção de cargos: tentativas/cargos conquistados.

médias de obtenção de cargos. Nota-se, que passam a disputar com maior frequência os cargos, existindo algumas variações. Chama a atenção os cargos do Executivo, em que grupo eleito 1985 apresenta uma baixa ambição destinada a esses cargos, exceto em relação a prefeitura de municípios menores, e que após os eleitos em 1988 sofrem uma queda no número de tentativas, indicando uma resistência por parte dos vice-prefeitos de capitais em descer para o poder Executivo em cidades menores.

Nos demais cargos do poder Executivo, os eleitos em 1988, 1992 e 1996 aumentaram consideravelmente o número de disputas. O cargo de vice-prefeito de capital teve um aumento considerável no grupo eleito em 1996. Essa mudança é explicada devido a ação direta da lei que permitiu a reeleição para os cargos do poder Executivo, e que repercutiu nas escolhas de carreiras eleitorais, gerando para os eleitos em 1996 tentativas de reeleição imediatas para o cargo, o que nos outros grupos não ocorria. Os atores analisados em 1992 e 1996 se destacam por atingir as melhores médias de obtenção de postos eletivos entre os grupos analisados. Já a pior média ficou com o grupo eleito em 1988, que atingiu quase 3 tentativas para obtenção de um posto eletivo. Porém, esse grupo se mostrou ambicioso, principalmente em relação ao cargo de governador, o que explica os menores sucessos eleitorais que foram conquistados por eles.

Em todos os grupos analisados na investigação, o padrão de escolha está direcionado aos cargos de deputado federal e deputado estadual. O cargo de deputado federal acumula um total de 87 tentativas, atingindo um sucesso eleitoral de 42%. Já o cargo de deputado estadual acumula um número menor de tentativas, 73, onde 42% dessas tentativas resultam em obtenção do posto.

O grupo analisado em 1992 foi o único a apresentar um número mais elevado de tentativas ao cargo de prefeito do que o posto de deputado estadual. Porém, o sucesso eleitoral para os cargos do poder Legislativo possui diferenças significativas quando comparados aos cargos do poder Executivo, principalmente aos cargos de prefeito e governador, que apresentam números de tentativas mais elevadas.

Entretanto, não se pode descartar na análise os consideráveis sucessos eleitorais que atingem nas escolhas pelos cargos de vice-prefeito, que chega a 62%, e prefeito de cidades menores, que alcança 53%. Nesse sentido, também se destaca o cargo de vereador, que retiveram 41 candidaturas, alcançando um sucesso eleitoral de 41%. Esses dados refletem a busca por sobreviver no jogo eleitoral dos atores políticos, mesmo que para isso seja necessário ir para um posto, em teoria, de menor relevância. Por vezes os indivíduos

optam em escolher por ambições estáticas (vice-prefeito) e ambições regressivas (vereador e prefeito de cidades menores), com a finalidade de continuar na profissão política.

Considerações finais

Os resultados apresentados nesse artigo buscaram explorar os dados relativos as escolhas de carreiras eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais brasileiras eleitos entre 1985 e 1996. Retornando ao problema de pesquisa elaborado, pode-se dizer que as carreiras eleitorais dos vice-prefeitos das capitais estaduais do Brasil estão direcionadas ao poder Legislativo e principalmente à âmbito federal. Sendo assim, o cargo mais desejado pelos atores analisados foi de deputado federal, em que obtiveram um sucesso eleitoral de aproximadamente 42%. Diferentemente do que afirmou Samuels (2003), se observa nesse e em outros estudos (LEONI, PEREIRA e RENNÓ, 2003; LIMA, 2017) que a classe política brasileira ambiciona os cargos do poder Legislativo, inclusive, como mostram Leoni, Pereira e Rennó (2003), direcionar a carreira para os poderes legislativos pode ser uma estratégia de sobrevivência do jogo eleitoral, como é notável nas escolhas dos vice-prefeitos que se direcionam ao Legislativo municipal (43%).

Como mencionado anteriormente, os menores números de candidaturas e as baixas obtenções para os cargos do poder Executivo, ajudam a explicar o direcionamento de carreiras para o Legislativo. Apesar disso, em âmbito municipal, o poder mais desejado pelos atores analisados é o Executivo, o que demonstra um padrão de ambição progressiva a nível local. Outro destaque significativo, foram os resultados em relação às escolhas pelo cargo de vice-prefeitos, que no último grupo analisado, a partir da lei que permite a reeleição, que ambição estática se torna uma boa opção de escolha para os atores. Contudo, o número de tentativas para esse posto é baixo quando comparado com o cargo de prefeito, indicando que ser vice-prefeito novamente não é objeto de desejo daqueles que um dia já ocuparam. Em suma, observa-se nos cargos onde a disputa eleitoral é majoritária, uma maior dificuldade de sucesso eleitoral, mesmo para os casos do Senado Federal, que sendo um cargo do Legislativo e com maior número de oferta, apresenta resultados de sucessos eleitorais abaixo dos demais cargos com eleições proporcionais.

Por fim, é possível dizer que a investigação corrobora para compreender os padrões de carreiras eleitorais em um sistema multinível, onde se observa uma variedade de escolhas de carreiras por parte dos vice-prefeitos analisados, que buscam cargos considerados mais altos na hierarquia eletiva até cargos mais inferiores, demonstrando a

existência de uma dinâmica e alta circulação entre os níveis de governo (BORCHERT, 2009, 2011; LIMA, 2017). Assim, como apresenta Lima (2017), o que se observa é uma alta circulação desses atores em busca de postos eletivos, onde não é possível traçar a existência de carreiras eleitorais com uma única direção, rumando a um poder, nível de governo ou cargo específico. Ademais, também se percebe a alta incerteza eleitoral que predomina na política profissional no Brasil, onde a obtenção de cargos eleitorais não costuma ser uma tarefa fácil, assim como sobreviver no jogo se mostra um desafio constante na carreira dos eleitos.

Referências

ARAÚJO, Simone. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. **36º Encontro Anual da Associação Anual de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. GT 10 Estudos Legislativos, São Paulo, 2012.

BARRETO, Alvaro. Como a ciência política analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo: tendências, linhas interpretativas, e aportes analíticos. **I Encontro Latinoamericano de Teoría Social**. 2015. Disponível em: <http://diferencias.com.ar/congreso/ICLTS2015/ponencias/Mesa%2021/_ICLTS2015_Mesa21_Barreto.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

BARRETO, Alvaro. Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). **Opinião Pública**, v.23, n.1, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000100194&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2018.

BLACK, G.S. A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. **American Political Science Review**. v. 66. n. 1, 1972.

BORCHERT, Jens. Ambition and opportunity in federal systems: the political sociology of political career patterns in Brazil, Germany and the United States. **University of Frankfurt**, 2009. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1450640>. Acesso em: 10 out. 2018.

BORCHERT, Jens. Individual ambition and institutional opportunity: a conceptual approach to political careers in multi-level systems. **Regional & Federal Studies**, v.21, n.2, 2011.

BORGES, André. SANCHES FILHO, Alvino. Federalismo, coalizões de governo e escolhas de carreira dos deputados federais. Revista **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 1, 2016.

BOTERO, Felipe. Carreras políticas en América Latina. Discusión teórica y ajuste de supuestos. **PostData**, Buenos Aires, v.16, n.2, 2011.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Assembleia Legislativa, Estado do Rio Grande do Sul, 1988.

BRASIL. **Lei das Inelegibilidades** – Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp64.htm>. Acesso em: 12 maio 2019.

CORRÊA, Felipe. **O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GRAÇA, Luís. SOUZA, Cíntia. Uso estratégico de eleições alternadas? Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, 2014.

KAWASAKA FILHO, Luiz. Contexto histórico. In: Câmara Municipal de Palmas. 22 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.palmas.to.leg.br/institucional/historia/contexto-historico>>. Acesso em: 16 maio 2019.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.9, n.1, p.44–67, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 out. 2018.

LIMA, Iana. Alves de. **Carreiras e ambição política em sistemas multinível: um estudo de caso da circulação política no Brasil (1995-2015)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LODOLA, Gérman. La estructura subnacional de las carreras políticas en Argentina y Brasil. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 49. n, 194, 2009.

MALUF, Rui Tavares. **A Carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MAYHEW, David. **Congress: The electoral conection**. New Haven: Yale University Press, 1974.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782003000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2018.

PEGURIER, F. **Carreiras Políticas e a Câmara dos Deputados**. 2009. 124 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009.

POLSBY, Nelson. A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.16, n.30, 2008.

ROHDE, David. Risk-bearing and progressive ambition: The case of members United States House of representative. **American Journal of Political Science**. v. 23, n. 1, 1979.

SAMUELS, D. **Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: University Press, 2003.

SAMUELS, David. Political Ambition, Candidate Recruitment, and Legislative Politics in Brazil. **PostData**, Buenos Aires, n.16, 2011.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, v.16, n.2, 2008.

SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil – alguns apontados sobre a eleição de 2010. **Cadernos Aslegis**, Brasília n.40, 2010.

SARRAFERO, Mario. **El poder y su sombra**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1999.

SCHLESINGER, Joseph. **Ambition and politics: Political careers in the United States**. Chicago: Randy McNally. 1966.